

**POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PROJETO  
HABITACIONAL “RESIDENCIAL FLOR DO CAMPO”  
NO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ-SC<sup>1</sup>**

ANA CALEGARI<sup>2</sup>

DARLENE SILVEIRA<sup>3</sup>

**RESUMO**

Neste trabalho será abordado um tema atual e importante, Trabalho Social do Projeto Residencial Flor do Campo. Atualmente, devido a ocupações desenfreadas, sem infraestrutura de formas desmedidas, a questão habitacional passou a ser um dos fatores mais vulneráveis do caos urbano, tornando-se de grande proporção e de difícil solução para o problema que persiste em nossas Cidades e Estados. Percebe-se hoje que o processo de crescimento urbano intensivo que acompanhou e tornou possível a industrialização brasileira a partir da Revolução de 30, naquela época, provocou e repercutiu na sociedade de atual, drásticas transformações sócio-econômicas e espaciais no país. O crescimento das cidades brasileiras ocorreu de forma vertiginosa durante o século XX, onde as questões estruturais da sociedade nacional nunca foram resolvidas, isto é claramente percebido, porque se tem hoje as favelas e os cortiços multiplicando-se cada vez mais, nestes as condições de salubridade são precárias e o terreno, quase sempre sujeito os deslizamentos e enchentes. As relações sociais se degradaram na mesma medida do ambiente miserável a que estão sendo sujeitadas. O enfrentamento da questão habitacional conta com políticas direcionadas para planos, programas e projetos de habitação de Interesse Social. Neste estudo apresenta-se a experiência do Trabalho Social do Projeto Residencial Flor do Campo

**Palavras-chave:** Políticas públicas – Políticas de habitação – Trabalho social.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), como requisito parcial para obtenção do título de especialista.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas da Unisul. E-mail: gioppocalegari@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professora orientadora, mestre em Educação e Cultura – UDESC /SC, mestre em Serviço Social-PUC/SP, Professora do Curso de Serviço Social da UNISUL- Florianópolis, Coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Sociais em demandas Familiares-2010 pela Universidade de ..... E-mail:

## 1 INTRODUÇÃO

A questão urbana se encontra associada às políticas econômicas. Para que tenhamos cidades mais justas, é necessária uma redistribuição de renda mais efetiva. No que concerne à questão econômica quanto à possibilidade de aplicação de instrumentos urbanísticos democráticos, dependem primeiramente das posturas políticas em defesa da população excluída.

A Constituição Federal, o Estatuto das Cidades, as normatizações e legislações específicas, somados a criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, criaram as condições para uma nova Política Nacional de Habitação que é o que veremos neste artigo.

O crescimento vertiginoso das cidades brasileiras durante o século XX ocorreu de forma vertiginosa. Esse crescimento resultou em cidades extremamente desiguais, onde a maioria da população vive em condições precárias de habitação.

Dentre essas aglomerações urbanas, destacamos a cidade de Araranguá. Este município possui uma população de 57.162 mil habitantes e a taxa de crescimento está em torno de 2,34% (IBGE/2007). Integra a micro região do Extremo Sul Catarinense, composta por 15 municípios e Araranguá é a cidade pólo e sede da associação. A renda per capita é de R\$ 4.657/ano (ICEPA/2002). De acordo com o diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina – Mapa da Fome/julho 2003, existe no Município de Araranguá, 5.557 famílias com renda insuficiente. A escolha do tema se dá pelo déficit habitacional de 10%, que é encontrado hoje no município.

No decorrer dos últimos trinta anos ocorreram movimentos pendulares migratórios caracterizados pela entrada, num determinado local, de pessoas de outras áreas, de outras cidades e/ou de áreas rurais. Dessa forma, durante este período, aos poucos, grupos de pessoas de diversas regiões em busca de melhores oportunidades se estabeleceram nas imediações do conhecido “Campo de Aviação”, localizada no Bairro Mato Alto, Município de Araranguá.

A área possui aproximadamente 60.000,00 m<sup>2</sup> de extensão e fica distante 2.800 à 3.000 metros do centro da cidade.

O resultado desse movimento deu origem à formação de uma comunidade denominada “Favela Osmar Nunes”, onde atualmente, residem 112 famílias que estão em situação irregular, em precárias condições de habitabilidade e em situação econômica

fragilizada. Não possuem terreno e suas residências são de madeira em péssimo estado de moradia. Por se tratar de área invadida, o sistema de eletrificação, abastecimento de água e rede de esgoto é inexistente, uma vez que a infra-estrutura local não apresenta saneamento básico.

Mesmo tendo acesso a serviços de educação, saúde e assistência social no bairro, estas famílias recorrem muitas vezes à sede do município para atendimento em serviços de diversas especialidades oferecidos junto à Unidade de Saúde Central Bom Pastor e a Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Habitação, CRAS e CREAS.

O projeto de trabalho social desenvolvido junto às 112 famílias beneficiárias do Programa Nacional Habitacional de Interesse Social – PNHIS permitirá identificar suas demandas e necessidades e desenvolver ações que contribuam para a transformação efetiva da qualidade de vida em seus aspectos sociais, econômicos, educacionais, ambientais e de preservação da saúde.

A metodologia utilizada teve por objetivo e finalidade aprimorar o trabalho de maneira clara, utilizando técnicas de captação de maiores informações para responder os problemas. Em relação à tipologia de pesquisa dos objetivos, será uma pesquisa exploratória. Conforme Andrade (2007, p. 114), trata-se do primeiro passo de todo trabalho científico. Trata-se aqui, de um assunto novo e pouco abordado, resulta em aprofundar os estudos em materiais diversos, tendo a finalidade de conhecer o proposto do trabalho, conhecendo o significado e maiores informações para alcançar as respostas formuladas.

## **2 A POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL**

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de urbanização passou de 44,7% em 1960 para 81,2% em 2000. O conceito de cidade adotado pelo IBGE define que qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município é considerada uma cidade, não importa o seu número de habitantes.

Complementa Rodrigues (2007, p.79):

[...] a cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação, edificações, população, consumo de bens e serviços. A cidade, que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política.

Nesse sentido, entrelaçam-se os conceitos de cidade e urbano, de modo de vida e ação política.

Das medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, tem-se o decreto-lei do inquilinato, em 1942, que na época, congelou aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, e deu início à produção estatal de moradias subsidiadas, estas viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações.

Pode-se dizer que estas medidas visavam, só de aparência pelo menos, ou seja no papel, garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores, aspecto que a propaganda oficial sempre buscou enfatizar. Constituem, portanto, o contraponto, a nível urbano, do imenso arsenal de medidas tomadas por Vargas e seus seguidores objetivando regulamentar as relações entre o trabalho e o capital e defender as condições de trabalho dos assalariados urbanos, ações que criaram para o ditador a imagem de «pai dos pobres».

Considerando o histórico das questões habitacionais no Brasil, no decorrer do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Coroa, ou seja, nessa época as terras eram simplesmente ocupadas, não se tinha a preocupação de comprar o terreno, que ocupá-lo conforme projetos, idéias. Assim, a terra ainda não tinha valor comercial, porém essas formas de apropriação já favoreciam a hegemonia de uma classe social privilegiada (FERREIRA e UEMURA, 2008).

Nessa época, os senhores, donos das terras colonizadas, construíam suas casas com todo o conforto. Por sua vez, aos escravos destinavam moradias sem nenhuma condição de habitabilidade, ou seja, sem o mínimo de estrutura básica e garantia de segurança e proteção familiar. Este sistema foi adotado pelos patrões como forma de diferenciar e, até mesmo, de condicionar, discriminar o escravo sobre a sua condição econômica, limitar e controlar o acesso à terra, explorando o trabalho dos escravos braçais. Os municípios tinham o Rócio, terras em que se implantavam as casas e pequenas áreas de produção, sem custo (FERREIRA e UEMURA, 2008).

A promulgação da Lei de Terras, em setembro de 1850, mudou esse cenário, ao instruir a propriedade fundiária no país, tanto rural quanto urbana: foi legitimada a propriedade de quem já detinha “cartas de sesmaria” ou provas de ocupação “pacífica e sem

contestação”. O resto, de propriedade da Coroa, passou a ser leiloado. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela (FERREIRA e UEMURA, 2008).

Para Maricato (1997), foi entre 1822 e 1850, nas décadas anteriores à aprovação da Lei das Terras, que se consolidou de fato o latifúndio brasileiro, através da ampla e indiscriminada ocupação das terras, e a expulsão dos pequenos posseiros pelos grandes proprietários rurais. Tal processo se deu muito em função da indefinição do Estado em impor regras, decorrente das disputas entre os próprios detentores do poder. Segundo a autora, "[...] a demorada tramitação do projeto de lei que iria definir regras para a comercialização e propriedade da terra se devia ao medo dos latifundiários em não ver 'suas' terras confirmadas" (MARICATO, 1997, p. 45).

Os povos foram crescendo e com isso foram sendo necessárias novas reformas. Os filhos dos aristocratas (elite) começaram a receber instruções, educação e conhecimentos mais elitistas, abrindo novos horizontes e formas de pensar. A concentração da riqueza tem se mantido praticamente a mesma desde a época do período colonial, com o fim da escravatura, entre outros, mais especificamente com a industrialização (urbana) do começo do século XX, e pelos meados de 1980, com o neoliberalismo e com a política da economia.

Mas foi no governo de Jânio Quadros, em 1961 que a crise de habitação assumiu, de fato, grande importância, sob a influência de dois fatores externos: a reforma urbana promulgada por Fidel Castro, em Cuba, e o lugar dado ao problema da habitação pela Aliança para o Progresso, projeto reformista lançado pela Administração Kennedy para tentar anular influência da Revolução Cubana na América Latina (SACHS, 1997, p. 110-113).

A abordagem das políticas públicas de habitação, contempla em 2004 a aprovação pelo Conselho das Cidades a Política Nacional de Habitação (PNH), principal instrumento de orientação das estratégias e das ações a serem implementadas pelo governo federal, complementada pela regulamentação da Lei nº. 11.124/2005 – que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS. (Ministério das Cidades, 2009:31).

O estatuto das Cidades preconiza a inclusão social, ou seja, visa promover condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, principalmente, os de baixa renda, ajudando, assim, para a inclusão social.

A formulação e a implementação da nova PNH dependem fundamentalmente de três eixos: política fundiária, política financeira e estrutura institucional.

Em epítome, (resumo, síntese) a PNH institui o esboço conceitual, organiza as ações no domínio da habitação e, como resultado, enumera os agentes que agirão na execução da política, designa os componentes que formam a política e a complementam. (Ministério das Cidades, 2009:32).

Parafraseando o livro (Ministério das Cidades, 2009:32), podemos destacar as proposições contidas na PNH assim agrupas:

I - Princípios norteadores e diretrizes para as ações em política habitacional;

II - Definição da estruturação institucional do setor de habitação e de instrumentos de implementação da PNH;

III - Estabelecimento das principais linhas de ação que direcionam os recursos e os financiamentos na área habitacional.

São princípios da PNH:

- Direito à moradia, enquanto um direito individual e coletivo;
- Moradia digna;
- Garantia de acesso a terra;
- Questão habitacional como uma política de Estado;
- Gestão democrática; e
- Articulação das ações de habitação.

Suas Diretrizes:

- Garantia do princípio da função social da propriedade;
- Promoção do atendimento à população de baixa renda;
- Promoção e apoio às intervenções urbanas articuladas territorialmente;
- Estímulo aos processos participativos locais;
- Atuação coordenada e articulada dos entes federativos por meio de políticas;
- Atuação integrada com as demais políticas públicas ambientais e sociais;
- Definição de parâmetros técnicos e operacionais mínimos de intervenção

urbana;

- Estímulo ao desenvolvimento de alternativas regionais.

São diversos os fatores a serem considerados na elaboração de políticas e instrumentos para provimento de habitação de interesse social.

No próximo capítulo abordaremos como se deu efetivamente a proliferação das favelas e moradias sem infra-estrutura.

Pode-se dizer que a questão da habitação popular pode ser apreendida à luz do desenvolvimento capitalista.

Para Ferreira e Uemura (2008, p.11) destacam que “o problema habitacional no Brasil remonta o período da colonização e não pode ser separado da questão do acesso à propriedade da terra”.

Para Nabil Bonduki (1998, p. 56):

A desigualdade social das cidades brasileiras tem suas causas nas formas com que se organizou a sociedade, em particular, na maneira com que se construiu o Estado Brasileiro, marcado pelo patrimonialismo, no qual se confundem o interesse público e o privado, nas dinâmicas de exploração do trabalho impostas pelas elites dominantes desde a colônia e, principalmente, no controle absoluto dessas elites sobre o processo de acesso à terra, tanto rural quanto urbana.

O cenário político mudou os atores políticos também, mas algumas idéias mirabolantes, sem serventia ainda resistem, estas indicam que as políticas de habitação social, de hoje e de muito tempo, ressentem-se ainda, com o populismo que caracterizou – ao mesmo tempo em que se descaracterizava – as políticas habitacionais anteriores.

A ineficiência da ação normativa do Poder público e a falta de políticas habitacionais eficientes, capazes de atender aos segmentos de menor renda, acentuam cada vez a mais distância entre a demanda e a oferta habitacional.

Com a acirrada competição, economia globalizada, observou-se uma elevação no custo da terra urbana, o que é hoje o grande responsável pelo alto custo da moradia no mercado.

Com a disputa acirrada e econômica por melhor localização, as classes de baixa renda acabam por conseguir obter seu espaço territorial em periferias da cidade.

Conforme Azevedo (2007, p.14):

Diante de um contexto desse tipo, não é por acaso que nas grandes metrópoles brasileiras os programas de regularização fundiária – vinculados a melhorias urbanas – têm sido crescentemente vistos como um instrumento de política habitacional extremamente importante na luta de um grande contingente de moradores de favelas e de bairros clandestinos em busca da integração socioeconômica.

Frente a essa situação, procurou-se a regulação da produção e comercialização atreladas a políticas de indução ao crédito, pode viabilizar o aumento da oferta de moradias e

a entrada de camadas sociais até então excluídas no mercado privado de habitações. Fortes subsídios públicos devem dar conta do passivo habitacional daquela parcela da população que não será capaz de entrar para o mercado.

Hoje uma parcela da população de baixa renda, que consegue acessar aos programas públicos de habitação social, porém ainda insuficientes diante do déficit habitacional.

Atualmente conta-se com o Plano Nacional de Habitação é um instrumento que visa estabelecer uma nova Política Nacional de Habitação. Seu principal objetivo é preparar as ações públicas e privadas, a médio e longo prazo, na intenção de elaborar decisões e ações que o Governo Federal necessita para enfrentar as carências habitacionais do país.

## **2.1 PROPOSITOS DO TRABALHO SOCIAL COM PROJETOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL**

O objetivo do trabalho social é melhorar a qualidade de vida das pessoas, defender os direitos sociais principalmente o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população. Para Azevedo (2007, p. 14):

Diante de um contexto desse tipo, não é por acaso que nas grandes metrópoles brasileiras os programas de regularização fundiária – vinculados a melhorias urbanas – têm sido crescentemente vistos como um instrumento de política habitacional extremamente importante na luta de um grande contingente de moradores de favelas e de bairros clandestinos em busca da integração socioeconômica.

O Brasil se consolidou em movimentos de luta pela moradia no esteio do processo de democratização. Influenciados por experiências bem sucedidas no Brasil.

Atualmente com o governo Lula, a política urbana ganhou tratamento integrado sob o recém criado Ministério das Cidades, o qual seria responsável pelas políticas habitacional, de saneamento ambiental, transporte e mobilidade, além da tarefa de tratar a questão fundiária urbana brasileira.

Nessa perspectiva, o trabalho social possui uma orientação ética e política: democrática, educativa e organizadora, que incentiva a participação, a ação coletiva da população, o exercício cotidiano do protagonismo cidadão, socializando informações,



investindo na capacitação dos sujeitos na apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano (RAICHELIS, OLIVEIRA e PAZ, 2006).

O trabalho social orienta-se pela preocupação de oferecer à população um canal aberto para discussão política e técnica como meio para o exercício da cidadania plena, o que lhe permite orientar a intervenção do Poder Público para a melhoria da sua condição de vida.

O trabalho social em habitação de interesse social é um componente essencial da política habitacional e urbana. Configura-se como processo de trabalho em territórios determinados, que efetiva um amplo leque de ações, permeado por uma perspectiva sócio-educativa e política, pautado nos valores democráticos e de justiça social.

## **2.2 RELATO E ANÁLISE DO TRABALHO SOCIAL DO PROJETO HABITACIONAL FLOR DO CAMPO**

O Município possui 16 bairros. A população do Bairro Mato Alto especificamente, segundo dados do IBGE/2007, é de aproximadamente 6.362, sendo 3.235 mulheres e 3.127 homens.

No decorrer dos últimos trinta anos ocorreram movimentos pendulares migratórios caracterizados pela entrada, num determinado local, de pessoas de outras áreas, de outras cidades e/ou de áreas rurais. Dessa forma, durante este período, aos poucos, grupos de pessoas de diversas regiões em busca de melhores oportunidades estabeleceram-se nas imediações do conhecido “Campo de Aviação”, localizada no Bairro Mato Alto, Município de Araranguá. A área possui aproximadamente 60.000,00 m<sup>2</sup> de extensão e fica distante 2.800 à 3.000 metros do centro da cidade.

Observou-se durante a execução do trabalho social, mesmo tendo acesso a serviços de educação, saúde e assistência social no bairro, as famílias que ali moram, recorriam e não eram poucas às vezes, à sede do município para atendimento em serviços de diversas especialidades oferecidos junto à Unidade de Saúde Central Bom Pastor e a Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Habitação.

O resultado desse movimento deu origem à formação de uma comunidade denominada “Favela do Campo da Aviação”, onde atualmente, residem 112 famílias que estão em situação irregular, em precárias condições de habitabilidade e em situação

econômica fragilizada. O crescimento de favelas é um dos grandes indicadores da gravidade da situação urbana no Brasil. Essas pessoas hoje não possuem terreno e suas residências são de madeira e, em péssimo estado de conservação.

O Projeto Habitacional Flor do Campo surgiu no âmbito do Instituto Cidadania como uma proposta para buscar um equacionamento global da questão da habitação no Brasil. Compreende três fases subseqüentes: pré-obra, obra e pós-obra. As 112 moradias habitacionais concentradas previstas no presente projeto serão edificadas em área distante aproximadamente 50 metros da localização atual.

De acordo com Projeto Arquitetônico, serão construídas 84 casas de alvenaria geminadas, sendo 80 unidades com 40 m<sup>2</sup>, tipo dois pavimentos e 28 unidades tipo térreas com 44.2 m<sup>2</sup>. As moradias serão repassadas às famílias beneficiadas através da concessão de títulos.

As famílias selecionadas são de baixa renda, com renda familiar de até R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). Das 112 famílias cadastradas, 97 dos/as chefes de famílias são mulheres e 17 são do sexo masculino, sendo que 37 mulheres chefes de família não exercem atividades profissionais fora de casa. Dentre as profissões dos demais chefes de família, 42 trabalham na informalidade com destaque para a profissão de diarista, em atividades como: vendedor (a) autônomo (a), empregada doméstica, pedreiro, pintor e coletor(a) de lixo. Apenas 10 chefes de família trabalham formalmente, 07 encontram-se desempregados e 18 são aposentados.

Das 112 famílias cadastradas, 384 habitantes serão beneficiados, sendo 112 beneficiados diretos e 270 indiretos.

Os indicadores de resultados serão apontados em relatórios semestrais mediante instrumentos de avaliação quali-quantitativos, através de pesquisa exploratória com a efetiva participação da população beneficiada em cada etapa do Projeto.

O projeto será monitorado e avaliado sistematicamente pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal como ferramentas de controle serão utilizadas: diário de campo com registros das ocorrências cotidianas; visitas domiciliares; entrevistas e reuniões com os beneficiários. Serão gerados relatórios mensais de acompanhamento com análise e registros das ações planejadas e se foram realizadas. Se os resultados foram alcançados e as atividades desenvolvidas no período, justificando as previstas e as não realizadas, bem como a aferição do grau de satisfação dos beneficiários.

Não só com o objetivo de construir casas e alojar famílias, o trabalho social visou redesenhar a absoluta necessidade de se formular estratégias mais eficazes para atender as

faixas de menor poder aquisitivo, dentro destas estratégias, ações que visem a convivência destas pessoas dentro do desse novo habitat, o acompanhamento das crianças quanto a escolaridade ao desenvolvimento social, a assistência a saúde, ao lazer, a uma qualidade de vida.

Além das necessidades habitacionais é o chamado *deficit* qualitativo formado por moradias que apresentam deficiências no acesso à infra-estrutura ou adensamento excessivo. Trata-se de famílias que não necessitam, com prioridade, de uma nova moradia, mas intervenções para condições dignas para sua habitação.

No Projeto Habitacional Flor do Campo, desde o início, as diretrizes estabelecidas pelos coordenadores do Projeto<sup>1</sup> deixavam claro que não se tratava de um programa de governo para a campanha presidencial, mas da montagem de uma estratégia geral. Este desafio seria, portanto, não uma tarefa exclusiva de um governo, mas exigiria o cumprimento de um conjunto de ações de todos os segmentos da sociedade comprometidos com a proposta.

A dimensão deste problema mostra que a questão habitacional não pode ser equacionada apenas com a construção de novas casas, como foi feito durante o período do regime militar.

O Projeto foi conduzido de modo a ouvir especialistas, administradores públicos e a comunidade em questão principalmente, ou seja, todos que de forma direta ou indireta estejam relacionados com o tema da moradia e desenvolvimento urbano, o objetivo era recolher todas as propostas existentes que buscassem, sob diferentes pontos de vista, dar um encaminhamento para a questão. Mais do que uma proposta original, o que se buscou foi sintetizar o pensamento existente e estabelecer um marco que pudesse dar conta dos diferentes pontos de vista.

A formulação da proposta partiu de algumas conclusões e pressupostos, definidas após uma análise aprofundada do diagnóstico da ação governamental e das fontes de recursos na área da habitação.

## **5 CONCLUSÃO**

Para o projeto dê certo e principalmente continuidade, é necessário que os moradores do habitacional Flor do Campo, apreendam o significado transformador do plano e do Estatuto da Cidade, dessa forma automaticamente serão os mais interessados na aprovação,

fiscalização e aplicação, trata-se de uma oportunidade para conhecer melhor seu território e disputar legitimamente seus espaços.

Um sistema desses deve prover um registro contínuo de informações e dados, de novos trabalhos.

O acompanhamento (via indicadores) é feito com base nos dados qualitativos e quantitativos coletados, num diálogo constante entre todos os envolvidos.

No projeto Habitacional Flor do Campo, o monitoramento das famílias deve incluir, além do conjunto de indicadores de renda, trabalho, acesso a serviços públicos, indicadores que possibilitem analisar a adequação das unidades habitacionais para as famílias, as formas de organização local, a participação cidadã, os mecanismos de sociabilidade e as redes de solidariedade, a inserção urbana do empreendimento, a dinâmica inclusão/exclusão social, as manifestações de violência, como também o grau de satisfação dos moradores com a moradia, serviços públicos e a vida comunitária.

Após coletados dados e analisados, seus resultados devem ser amplamente divulgados para que a comunidade envolvida possa exercer o necessário controle sobre as ações dos governos e da suas próprias ações, no que dizem respeito às melhorias, as conquistas, enfim, no que pode contribuir para o melhor uso dos recursos públicos e para a consolidação da cidadania.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto L. (ed.) **Habitação Social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: FINEP/CEF, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível em [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br). Acesso entre maio 2008 e julho 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Instrução Normativa nº 11 de 19 de maio de 2004.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. 2008.

CORAGGIO, José Luis. Pesquisa urbana e projeto popular. **Espaço & Debates**, n.26, 1989, p. 22-39.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE ARARANGUÁ. Projeto de Trabalho Técnico Social. 2009.

FERREIRA, J.S.W.e UEMURA, Margareth M.. **Política Urbana**. Curso à Distância: Ações Integradas de Urbanização e Assentamentos Precários. Módulo I. Disciplina I. Ministério das Cidades, 2008.

IBGE,2007. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE>

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: IC, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3. ed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, v. 14 (out.-dez.). n. 4.

MOREIRA, Fernanda Accioly. **O lugar da Autogestão no Governo Lula.** 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, A. M. Conceito e definição de cidades. In: QUEIROZ R.,L.C. e SANTOS Jr., O. A. (orgs). **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2007.

SACHS, Céline. **São Paulo – Políticas públicas e habitação popular.** São Paulo: Edusp, 1999.

TURNER, John. **Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras.** Arquitetura, fev.1968.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1999. 3ª ed.